

De Luziânia ao Buriti

JARBAS SILVA MARQUES
Especial para o CORREIO

Hoje, quando forem empossados Joaquim Domingos Roriz e Márcia Kubitschek, como os primeiros governantes eleitos do DF, pesarão sob seus ombros a honra e a responsabilidade de governarem a cidade-estado sonhada desde os primórdios da nacionalidade por Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes — e seus companheiros e pelo “Grupo de Santa Luzia”, que manteve a chama mudancista acesa por 60 anos. Quis a história que ambos, Joaquim Roriz e Márcia Kubitschek, tivessem profunda identidade com Brasília e o DF.

Joaquim Domingos Roriz jamais poderia supor que, 34 anos depois de assistir a chegada, a sua terra natal, Luziânia, do engenheiro José Ferreira de Castro Chaves — O Juca Chaves — com os três primeiros operários da construção de Brasília — Sebastião Calazans, Francisco Rodrigues Monteiro e José Joaquim dos Santos —, viria a ser o primeiro governador eleito pela consagrada vontade popular.

Márcia Kubitschek, filha do construtor de Brasília e um dos principais responsáveis pela interiorização do progresso no *hinterland* brasileiro, viveu desde a puberdade às discussões e lutas para a sua construção, participando ainda da primeira fase da organização política iniciada em 1986, com a eleição de senadores e deputados federais, e consolidada a 15 de novembro, com as eleições de deputados distritais, federais e um senador de mandato pleno.

FILHO DA TERRA

A posse de Joaquim Domingos Roriz como o primeiro governador eleito do DF, constitui-se na maior homenagem ao “Grupo de Santa Luzia”, que por 60 anos manteve a luta pela mudança da capital federal para o planalto central, pondo fim também aos “para-quedistas” de todos os matizes que governaram a cidade como prefeitos ou governadores nomeados. “Tem ele — segundo Benedito de Araújo Melo — os pés três vezes fincados em Brasília: como goiano, como luziano e como candango”.

O historiador Dito de Melo quis dizer que como goiano, seu estado abrigou o DF, como luziano por ter seu pai cedido suas terras a 21 de maio de 1956 para a constituição do Distrito Federal e como candango, por ter participado da construção de Brasília.

Ainda na vertente familiar, cabe ainda a seu sogro, Jorge Pelles, a primazia histórica de ter sido o primeiro a ter suas terras desapropriadas pelo governo de Goiás, em ato realizado no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, terras essas que hoje abrigam toda a Asa Sul até as proximidades da Granja do Torto.

Coincidências metafísicas à parte, até mesmo a sua iniciação na vida política recebeu a contribuição de Brasília, eis que o seu primeiro mandato parlamentar (vereador em Luziânia), no qual sagrou-se o mais votado, foi conseguido com os votos do Núcleo Bandeirante, que à época pertencia à Comarca de Luziânia.

Na década de 70, quando a população de Brasília expressava a sua repulsa à ditadura militar, Joaquim Roriz, ao lado de Walter Rodrigues e seus companheiros do MDB, transformaram Luziânia na “Capital da Resistência do Entorno” e na segunda região metropolitana de Goiás, liderança esta, que o iria levar à vice-governadoria do estado, e a governador do Distrito Federal em setembro de 1988.

GRUPO DE SANTA LUZIA

Os primeiros movimentos pela transferência da capital para o interior brasileiro, foram iniciados na então província colonial de Minas Gerais, pelos heróis da nacionalidade Felipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier, o Tira-

dentos. Pretendiam eles que a nova capital fosse sediada em São João Del Rei.

O mérito da escolha do planalto central como local ideal para a futura transferência deve-se tributar ao cartógrafo goiano Francisco Tossi Colombina, que, em 1749 elaborou uma carta de Goiás e das capitâncias próximas, sugerindo a mudança da capital do litoral, para essa região.

Após a repressão a Tiradentes e seus companheiros, o ideal mudancista é retomado duas décadas depois por Hipólito José da Costa, que editou e fundou no seu exílio, em Londres, o jornal **CORREIO BRAZILIENSE**.

Em 1823, José Bonifácio encaminha à Assembléia Geral Constituinte do Império, um memorial no qual indica a região de Paracatu, Minas Gerais, como ideal para a construção da nova capital, sugerindo, ainda, o nome de “Brasília”.

Um ano depois, nos autos da Revolução Pernambucana (Confederação do Equador) é sugerida a transferência, mas, só em 1831, por iniciativa do deputado paraense João Cândido de Deos e Silva é encaminhada a primeira proposição em forma de projeto legislativo para a “escolha de um ponto central do País para a edificação da futura capital”.

Dois anos depois, os deputados Ernesto Ferreira França, de Pernambuco e, Antonio Ferreira França, da Bahia, apresentam um projeto sugerindo a composição de um grupo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado para elaborar as medidas para a concretização da transferência da capital.

Por 20 anos a luta mudancista esmaece no Poder Legislativo, até que, em 1852, o senador piauiense, Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, apresenta um projeto de lei que autoriza o levantamento de um terreno, nas latitudes entre dez e 15 graus, para servir de território destinado à localização da futura “Capital do Brasil” entre os rios São Francisco, Maranhão ou Tocantins.

No ano seguinte, o senador João Lustosa da Cunha Paranaguá, o segundo marquês de Paranaguá, apresenta um projeto transferindo a Capital do Império para Monte Alto, no interior da Bahia. De 1853 a 1889 a mudança da capital desaparece das discussões parlamentares, aparecendo apenas nos comícios e discussões nos clubes republicanos.

Após a derrubada de Pedro II, é incluída na Constituição Provisória e, em 1891, é inserido na Primeira Constituição Republicana o projeto do deputado Virgílio Damásio (emendado pelo deputado Lauro Muller) pelo qual “Fica pertencente à União, no planalto central da República, uma zona de 14 mil 400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”. Neste mesmo ano, o deputado piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá propõe ao Congresso o projeto para que o Poder Executivo seja autorizado a mandar explorar e demarcar o planalto central.

O marechal Floriano Peixoto constitui então a Primeira Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, sob a chefia de Luiz Cruls. O cientista Luiz Cruls e sua equipe, se deslocam para o planalto central e estabelecem em Santa Luzia (hoje Luziânia) a sua principal base de operações.

Santa Luzia que já era o mais importante núcleo de autodidatas da região Centro-Oeste, recebe a Missão Cruls e o ideal mudancista contagia Evangelino Meireles, Plácido de Paiva, Gelmires Reis, Germano Roriz, Balthazar Reis, Joaquim Gilberto e Benedito de Araújo Melo. Eles que em seu isolamento geográfico editavam jornais e até livros desde o século XIX, passam a organizar politicamente o movimento que tinha Evangelino

Meireles como epicentro, desde a primeira década republicana.

Na Primeira República, a máquina política e eleitoral passa o controle dos neomonarquistas, que despojavam os positivistas republicanos do controle do Estado, estabelecendo sua supremacia com os “currais eleitorais à bico-de-pena”, fazendo esquecer por duas décadas o primeiro positivista que constava na Constituição de 1891 dispondo sobre a transferência da capital federal.

Evangelino Meireles que era não só o líder incontestado de Santa Luzia, mas a expressão política do planalto central, passa a articular com Antonio Americano do Brasil, eleito deputado federal por Goiás, a reativação do Movimento Mudancista. No início de 1921, os dois encontram o grande “gancho” histórico para relançar o movimento à nível nacional, já que no ano seguinte, 1922, se comemoraria o I Centenário da Independência.

Americano do Brasil, no dia 7 de dezembro de 1921 apresenta um projeto de lei, subscrito pelo deputado maranhense, Rodrigues Machado, para que fosse lançada a pedra fundamental da futura capital federal no planalto central.

O projeto é aprovado e no dia 7 de setembro, precisamente ao meio-dia é inaugurado o marco no Morro do Centenário, em Planaltina. Na solenidade, Evangelino Meireles foi o orador e Gelmires Reis representava os jornalistas brasileiros como correspondente de jornais paulistas e cariocas. Nesse dia, Benedito de Araújo Melo, aos 22 anos de idade, ficava em Luziânia, para no momento exato da inauguração, ele que era vereador, pronunciar na Câmara Municipal, o discurso de saudação ao fato político e histórico.

Depois desse fato, no ano seguinte manifesta-se em Americano do Brasil os primeiros sintomas de uma lepra de fundo alérgico, localizada basicamente no rosto. ~~Americano do Brasil que estava em~~ gajado no Exército, como oficial médico, recebe autorização para usar barba e é incorporado às tropas do general Pantaleão Teles que bivacaram em Luziânia para combater a Coluna Prestes.

No contato pessoal com Benedito de Melo e Joaquim Gilberto, sedimenta-se em Americano do Brasil a vontade de ficar no planalto central, onde passa a clinicar. Dito de Melo faz o convite e, Americano vem para Santa Luzia e fixa sua residência até o seu assassinato, em 1932. Joaquim Gilberto e Benedito de Melo passam a ser revisores dos livros e dos textos históricos elaborados por Americano do Brasil. Benedito de Melo torna-se seu compadre e por anos a fio é quem lhe aplica o único remédio até então conhecido para a lepra, o “Oléio de Chalmolgra”.

Com a dissolução da Assembléia Legislativa de Goiás, por Getúlio Vargas, em 1930, Benedito de Araújo Melo perde o mandato e o Movimento Mudancista perde uma tribuna expressiva. Com o arrefecimento do Movimento Mudancista a nível nacional, ditado principalmente pela hegemonia de São Paulo e Minas Gerais no cenário político nacional, o movimento se manteve vivo em Luziânia através das ações administrativas e políticas de Gelmires Reis na Intendência Municipal. Gelmires Reis criou um loteamento chamado “Planaltópolis” (que hoje se localizaria nas proximidades do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto) e que era a “peça de marketing” do Movimento, distribuindo lotes nas capitais brasileiras a quem quisesse vir morar na “futura capital federal”.

Com o advento do Estado Novo e com a cassação do deputado Luziano à Constituinte de 1934, Sebastião Machado, os mudancistas do “Grupo de

Santa Luzia” envidam todos os seus esforços em apoio à construção de Goiânia como a nova capital do Estado de Goiás.

Com a redemocratização do País em 1946, Benedito de Araújo Melo e Joaquim Gilberto são eleitos deputados constituintes estaduais. Na Assembléia Constituinte do Estado de Goiás, Benedito de Melo e Joaquim Gilberto iriam colocar suas vastas culturas à consagração pública, elaborando a Constituição que foi considerada a mais evoluída e progressista de todas as constituições estaduais. Eles que tinham apenas o curso primário, numa Assembléia prenhe de advogados, médicos e engenheiros, tiveram funções políticas e administrativas altamente expressivas. Joaquim Gilberto foi o relator da Constituinte e Dito de Melo presidiu a Comissão Especial de Revisão Tributária e, posteriormente, a Segunda Secretaria.

Nos bastidores, a atuação de Benedito de Melo foi silente e eficaz, influenciando dois grandes vultos; os deputados João D’Abreu (representante do Norte e Nordeste) e Diogenes Sampaio (do Sul e Sudeste), para incluírem na Constituição do Estado de Goiás, o artigo 54, que dizia: “Localizada, neste Estado, na zona do planalto central, a futura capital da República, ficará, na data da decretação da mudança, desmembrada automaticamente do território goiano, a área que, para esse fim, for delimitada pelo Governo Federal até o limite máximo de 55 mil quilômetros quadrados”.

Essa capacidade de convencimento e a tenacidade de Dito de Melo e Joaquim Gilberto conquistaram para o Movimento Mudancista um grande aliado; o ex-governador Jerônimo Coimbra Bueno (construtor de Goiânia e um dos idealizadores junto a Getúlio Vargas da “Marcha para o Oeste”, que após eleger-se senador, fundou a Rádio Brasil Central, em Goiânia que passou a ser no Brasil o órgão ~~divisor das idéias da mudança~~ e construção da nova capital do País.

No Senado Federal, Coimbra Bueno passa a ser um dos baluartes da luta pela construção de Brasília, contrariando o seu partido, a União Democrática Nacional — UDN —, que era visceralmente contra a mudança.

A partir de Goiás, a campanha mudancista agita o País, conseguindo aliados em diversas classes sociais.

Com a morte de Getúlio Vargas assume a presidência da República Café Filho, que era da UDN e contra a transferência da Capital para o planalto central, o que faz com que o general Caiado de Castro (goiano) peça demissão da presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, sendo substituído pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

O País vivia a campanha eleitoral e na cidade goiana de Jataí, o então candidato Juscelino Kubitschek pela primeira vez foi questionado se “iria cumprir a Constituição e mudar a capital para o planalto central”. Juscelino Kubitschek assumiu então o compromisso que iria cumprir a Constituição.

Diante da resistência de Café Filho e da UDN, o marechal José Pessoa e o então capitão Ernesto Silva (seu ordenança) rumaram em avião para Goiânia e convenceram o governador de Goiás, Juca Ludovico, a iniciar as desapropriações por conta do estado e a oferecerem à União, a fim de criar um fato político e desemperrar todo o processo.

Mesmo em minoria parlamentar, Juca Ludovico e sua assessoria fizeram em 24 horas o projeto que criou a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal.

JARBAS SILVA MARQUES é jornalista e pesquisador